



GRUPO PARLAMENTAR

Proposta de Lei n.º 100/XIII/3.^a
(Orçamento do Estado para 2018)

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

Exposição de motivos

A Proposta do Orçamento do Estado para 2018 falha em domínios de intervenção estrutural e que permitam assegurar uma trajetória de crescimento sustentado.

Na realidade:

- A inexistência de incentivos ao investimento, poupança e exportações;
- A insuficiente atenção às famílias, jovens e emigrantes;
- A preocupação com um sistema de segurança social suficientemente capitalizado e também com uma verdadeira política de coesão territorial;
- A necessidade de corrigir erros da proposta de lei, nomeadamente quanto à tributação de trabalhadores independentes, ao eleitoralismo de algumas normas e ainda quanto à insuficiente transparência de atos governamentais;

motivam o Grupo Parlamentar do PSD a apresentar um conjunto de propostas de alteração à Proposta de Lei, na qual a presente se integra.

As perspetivas demográficas de Portugal são muito preocupantes, tendo a taxa de fecundidade registado um valor de 1,36 filhos por mulher, claramente insuficiente para substituir a população atual, sendo assim um dos fatores demográficos que contribui para a diminuição da população. A situação demográfica em Portugal continua a caracterizar-se pelo decréscimo da população residente. O declínio populacional mantém-se desde 2010, embora se tenha atenuado nos três últimos anos. A conseqüente transformação da pirâmide etária já tem custos para as famílias portuguesas, que deverão aumentar se esta tendência para a redução da população se mantiver, nomeadamente custos de financiamento da segurança social ou custos de saúde.



GRUPO PARLAMENTAR

Para fazer face a estes desafios, é importante corrigir alguns elementos da política fiscal que desincentivam as famílias portuguesas com mais dependentes a cargo. É importante promover a equidade horizontal em IRS para as famílias com filhos, ou seja, tratar fiscalmente de modo diferente famílias que, tendo o mesmo rendimento, tenham mais filhos, logo tendem a ter encargos superiores. A eliminação do quociente familiar pelo atual Governo agravou esta falta de equidade horizontal. O PSD considera fundamental tratar com justiça as famílias com mais filhos, e por isso propõe alterar os limites para as deduções em IRS com as despesas de saúde para corrigir o tratamento desfavorável dado por este Governo para as famílias com mais filhos.

Nestes termos, os Deputados abaixo-assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentam a seguinte proposta de alteração ao artigo 162.º da Proposta de Lei n.º 100/XIII/3ª – Orçamento do Estado para 2018:

Artigo 162.º

[...]

Os artigos 2.º-A, 10.º, 12.º, 18.º, 31.º, 68.º, 70.º, 71.º, 72.º, 78º-C, 78.º-D e 101.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, adiante designado por Código do IRS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, passam a ter a seguinte redação:

«(...)

Artigo 78.º-C

[...]

1 – [...].

2 – [...].

3 – [...].

4 – [...].

5 – [...].

6 – [...].

7 – [...].



GRUPO PARLAMENTAR

8 – [...].

9 – Nos agregados com três ou mais dependentes a seu cargo o limite referido no n.º 1 é elevado em montante correspondente a 30% por cada dependente a partir do terceiro, inclusive, caso existam, relativamente a todos eles, despesas de saúde.

(...)»

Assembleia da República, 17 de novembro de 2017

Os Deputados

Hugo Lopes Soares

António Leitão Amaro

Duarte Pacheco

Inês Domingos